

GT12 - Currículo – Trabalho 227

## BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): SUJEITOS, MOVIMENTOS E AÇÕES POLÍTICAS

Débora Barreiros - UERJ

### Resumo

Consideramos que a construção da Base Nacional Comum Curricular envolve movimentos, sujeitos e ações políticas. Nesse sentido, discutiremos os embates e os movimentos políticos sobre a definição de BNCC gerado desde que o MEC tornou público que iniciaria um debate nacional sobre o currículo da Educação Básica, buscando compreender as divergências de posicionamentos, assim como compreender o significado da ação dos sujeitos na consulta pública e na produção do documento que o Ministério da Educação busca consolidar. Pautamos as discussões do currículo como prática cultural, discursiva e de significação com base nos estudos de Chantal Moufee, Ernesto Laclau e Elizabeth Macedo. Assumimos que a produção da BNCC trata-se de processo que marca claramente a exclusão de sujeitos, instituições e da multiplicidade de pensamentos sobre a produção do campo curricular.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular; Políticas de Currículo; Ações políticas

A discussão sobre a Base Comum Nacional da Educação não pode ser considerada uma questão da pauta atual de discussão no Brasil, desde a década de 1980 vem se ampliando o debate em torno do tema, envolvendo posições divergentes sobre a sua viabilidade. Na Constituição de 1988, no seu artigo 210 já havia indicação da fixação de “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. As determinações previstas na Constituição fizeram com que as políticas instituídas pelo Ministério da Educação iniciassem um movimento em prol dos referenciais, parâmetros e diretrizes curriculares nacionais a partir de 1995.

Na mesma linha e reforçando o movimento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, destaca que as instituições de ensino elaborem os seus

currículos para a Educação Infantil<sup>1</sup>, Ensino Fundamental e Médio a partir da base comum nacional, mas respeitando suas características regionais, culturais, sociais e econômicas, o que a lei chama de parte diversificada, cuja função é contextualizar o ensino em situações específicas.

Dentro desse movimento, o atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) reforça as relações de poder que envolvem a BNCC, quando menciona:

7.1. estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local. (BRASIL, 2014, p. 61)

O discurso de “estabelecer e implantar” reforça a ação política e as estratégias de se estabelecer um currículo que ao mesmo tempo precisa dialogar com os sujeitos, mas que vincula currículo, avaliação e qualidade de ensino, tendo na BNCC a estratégia central para alcançar a Meta 7 do Plano Nacional: “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem” de modo a atingir médias nacionais para o Ideb (BRASIL, 2014, p. 61).

Compreender os movimentos, sujeitos e ações políticas que estão relacionados à construção da Base Nacional Comum Curricular é o que objetivamos nesse artigo, argumentando que a busca por uma identidade nacional a partir do currículo envolve disputas, negociações e práticas articulatórias (LACLAU E MOUFFE, 1985). Movimentos que se estabelecem a partir de sujeitos, demandas e interesses, que em um primeiro momento não estão articulados entre si, mas que pelas estratégias do campo do discurso trabalhadas pelo Ministério da Educação busca-se, mesmo que parcialmente, fixar sentidos.

Nesse sentido, este texto tem por objetivo discutir os embates e os movimentos políticos sobre a definição de Base Nacional Comum Curricular gerado desde que o MEC tornou público que iniciaria um debate nacional sobre o currículo da Educação Básica, buscando compreender as divergências de posicionamentos, assim como as estratégias assumidas para reforçar a identidade curricular nacional.

---

<sup>1</sup> A inclusão da Educação Infantil como parte da Educação Básica, do ponto de vista legal, ocorreu recentemente, em 2013, o que refletiu na necessidade de instituir também uma base comum nacional para essa etapa do ensino, conforme a modificação na LDB, a partir da Lei nº 12.796, de 2013.

## **Base Nacional Comum Curricular: movimentos políticos, articulações e transbordamentos.**

No ano de 2009, o Ministério da Educação iniciou o debate que precede a construção da Base Nacional Comum Curricular de Educação Básica, cujo discurso está atrelado ao direito de qualquer cidadão desenvolver as mesmas habilidades em todo território nacional. Principalmente pelas críticas existentes aos Parâmetros Curriculares Nacionais e às Diretrizes Nacionais da Educação Básica, realizadas pelos órgãos governamentais e pelas diferentes comunidades acadêmicas, que reforçam que caráter amplo desses documentos acaba por gerar diferentes ações nas escolas e resultados díspares nas avaliações externas.

Tais críticas se somam ao discurso de professores que têm buscado nortear as suas práticas pedagógicas nas avaliações externas, como a Prova Brasil e o Enem, e nos livros didáticos. Em outras palavras, os mecanismos de avaliação instituídos reforçam a necessidade de ser ter uma base comum para aumentar a qualidade do ensino, o que serve para justificar ainda mais a unicidade desejada.

Para Maria Beatriz Luce, secretária de Educação Básica do Ministério da Educação até março de 2015, “a base comum curricular é uma forma de melhorar a aprendizagem e subsidiar a formação dos professores”<sup>2</sup>. Diante desse discurso, podemos assumir que o objetivo da consolidação de tal política envolve também estratégias sobre o que ensinar e de como ensinar, num amplo movimento de formação de professores e definição dos conteúdos que possibilitem o caráter mais unificador do currículo nacional.

De acordo com os dados divulgados pelo Seminário da Base Comum Nacional – “A construção da Base Nacional Comum para garantir direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento” – realizado em 09 de outubro de 2014<sup>3</sup>, todo movimento de construção envolve a orientação aos sistemas e as redes de escolas para garantir: “a unidade nacional do currículo para a formação de uma identidade nacional inclusiva e democrática”, criando assim “as condições de realização do direito de aprender e desenvolver-se para todos os estudantes”; de modo que se possa ter uma maior “articulação das diversas etapas e modalidades da Educação Básica” (p.20).

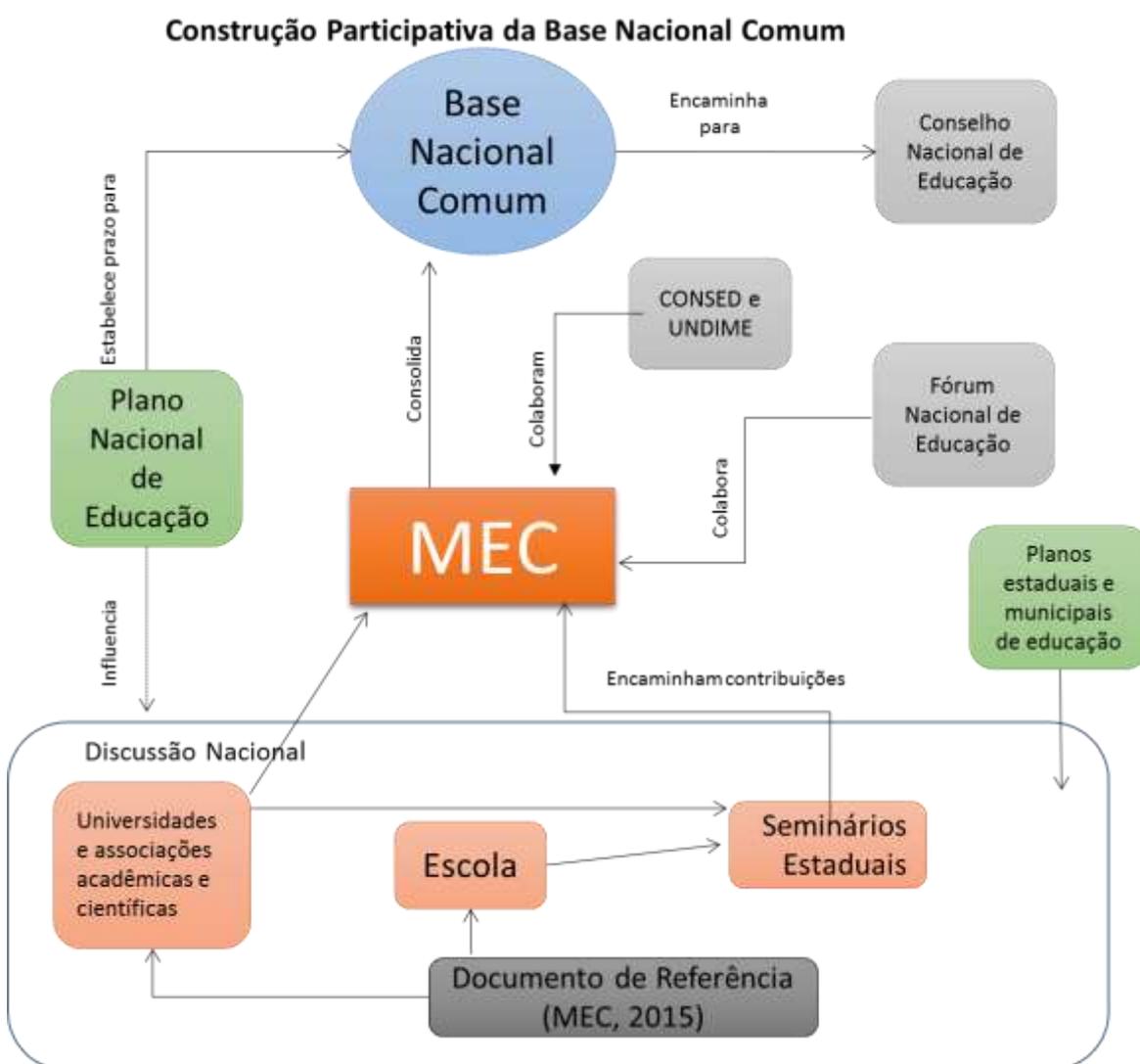
---

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.plataformadoletramento.org.br/em-revista/639/curriculo-minimo-para-a-educacao-basica-brasileira-deve-ser-implementado-ate-2016.html>. Acesso em 20/09/2014.

<sup>3</sup> Disponível em <http://undime.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Maria-Beatriz-Luce-MEC.pdf>. Acesso em 15/10/2014

Cabe destacar que a estruturação da base nacional comum em curso, iniciou em 2009 com Programa Currículo em Movimento<sup>4</sup>, que serviu de base para a construção de documento preliminar “As novas Diretrizes Curriculares e o direito à Aprendizagem e ao Desenvolvimento: a base nacional”, que está atrelado aos desafios do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) no que se refere à política curricular.

De acordo com o Ministério da Educação trata-se de um documento que reflete e contempla diferentes posicionamentos, visto que texto-base foi preparado por uma equipe de 116 especialistas de 35 universidades, sistemas de ensino e entidades como a própria Undime, num trabalho com 29 equipes e com 12 assessores<sup>5</sup>. Sujeitos esses que foram convidados pelo MEC para compor a construção do documento preliminar. Conforme o esquema a seguir:



<sup>4</sup> [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13450&Itemid=937](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13450&Itemid=937)

<sup>5</sup> Disponível em [https://undime.org.br/uploads/documentos/phpeWVcPP\\_55e0c1e7d4bbb.pptx](https://undime.org.br/uploads/documentos/phpeWVcPP_55e0c1e7d4bbb.pptx). Acesso em 10/03/2016.

Fonte: [https://undime.org.br/uploads/documentos/phpeWVcPP\\_55e0c1e7d4bbb.pptx](https://undime.org.br/uploads/documentos/phpeWVcPP_55e0c1e7d4bbb.pptx).

A partir da dinâmica exposta no esquema, o MEC consolidou o documento preliminar que foi publicado no dia 15 de setembro de 2015 e desde então passou a ser submetido à consulta pública, que foi chamada de discussão nacional. Muitas críticas já foram realizadas a todo esse movimento de currículo nacional, principalmente pela redução da autonomia das secretarias de educação, escolas e professores no documento inicial. Inúmeras entidades, pesquisadores e professores têm se posicionado contrários a todo esse movimento, principalmente pelos critérios, representação regional e a forma como interlocutores<sup>6</sup> que o MEC elegeu trabalharam na produção do documento.

Cabe destacar que não somos contrários a nenhum dos membros que constam na equipe eleita pelo MEC, mas questionamos a dinâmica instituída e a falta de diálogo com pesquisadores da área de Currículo e da própria Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd) e Associação Brasileira de Currículo (ABdC) que ao longo dos anos têm contribuindo para o cenário educativo brasileiro.

Assim como também é preciso destacar que não se trata de um único movimento, além do Ministério da Educação, grupos sociais estão estabelecendo ações em prol da Base Nacional Curricular, com um forte discurso da má formação docente e da necessidade do Brasil estabelecer um currículo comum para garantir a aprendizagem a todos. Percebemos que o discurso da educação como direito social e dos baixos índices nas avaliações nacionais e internacionais acabam norteando as justificativas que a educação de qualidade está na reforma curricular.

O MEC tem argumentado sobre a importância do caráter colaborativo e destaca que as ações envolvem articulações como da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e Conselho Nacional de Educação (CNE). Além do envolvimento dos diferentes fóruns e agências, o discurso assumido é de democratização, pelo caráter de “amplo movimento” requerido e estimulado para participação de professores e redes de ensino de todo Brasil, o MEC acredita que está construindo uma Base Nacional Comum Curricular de

---

<sup>6</sup> Os professores das universidades que compõem a equipe de especialistas foram indicados pelo grupo de assessores a partir dos seguintes critérios: ser professor doutor de universidades, envolvidos com atividades de pesquisa, ensino e extensão relacionadas à educação básica, ter participação anterior em políticas do MEC voltadas à educação básica (PNAIC, PNLB, PACTO do Ensino Médio, PNBE, dentre outras), ter participação em processos de elaboração de currículos municipais e/ou estaduais. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/equipe.pdf>

forma dialogada. A nosso ver, o fato de se fazer uma consulta pública não garante um movimento de construção coletiva, visto que as ações de sujeitos possuem “pesos e medidas” distintos, tanto que a elaboração tem sido realizada por especialistas a quem são conferidas uma hegemonia, mesmo sendo esta provisória.

Então, questionamos: quem são os sujeitos, as agências e o quanto de suas interlocuções são assumidos como parte do discurso e do texto da política em análise? O que garante que as contribuições serão tomadas como elemento estruturante do documento? Quais os sujeitos que participam, suas demandas e suas intencionalidades? Como as diferentes demandas são instituídas como parte da negociação e das disputas sobre o que ensinar na Educação Básica?

Dentro desse movimento, percebemos que as ações que envolvem a produção do BNCC geram muitas tensões, assim como um afastamento do diálogo, principalmente no que se refere aos fóruns que discutem o campo do Currículo no Brasil e aos pesquisadores da área. Fato este comprovado e visto como resistência pelo MEC no que se refere diretamente aos professores da Universidade. Inclusive, a pesquisa realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), por iniciativa da Fundação Lemann, afirma como sendo parte do entrave as críticas dos professores universitários à BNCC, pelo caráter de “imposição de uma cultura dominante”<sup>7</sup>.

O discurso da falta de diálogo com os pesquisadores e professores universitários faz com que o MEC assumira uma postura, ou melhor, reafirme que o caminho se dá pelo diálogo com os professores que atuam na Educação Básica. Fato também justificado pela pesquisa realizada do Cenpec, que destaca que “82% dos professores do ensino fundamental são favoráveis”<sup>8</sup>, mesmo os professores e gestores ressaltando que se sentem distante das discussões. Neste contexto de tensões e que o diálogo não é compreendido de maneira consensual, questionamos: como que se faz o diálogo? O movimento de produção e discussão da política curricular realmente ocorre?

De acordo com Laclau e Mouffe (1985), os discursos lutam para instituir verdades, ao mesmo tempo em que promovem a exclusão do campo de significação outros significados. Na nossa acepção, promover uma consulta pública busca reafirmar

---

<sup>7</sup> Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/35122/base-nacional-comum-e-defendida-pela-maioria-mas-tera-resistencia-de-professores-universitarios-diz-pesquisa/>

<sup>8</sup> Disponível em <https://undime.org.br/noticia/22-09-2015-14-04-base-nacional-comum-tem-apoio-nas-escolas-mas-academia-e-critica-dizem-pesquisas>

que o diálogo ocorre e faz da Base uma política de cunho democrático, mas também permitir compreender que outros sujeitos, acepções e significados são excluídos do debate. Nessa leitura, percebemos que a construção da BNCC envolve uma trama articulatória e antagonística das diferentes identidades que o MEC precisa dialogar.

A partir do discurso do MEC, ao assumir que o currículo se dá em movimento de diálogo constrói a “verdade” de que o sujeito passa a ter uma centralidade no discurso de produção curricular. Em outras palavras, cria-se a ideia ou mito de direito à participação, de democracia. Inclusive, precisamos compreender que o movimento político instituído na discussão da BNCC não pode ser compreendido apenas como representativo de identidades pré-constituídas, mas sim como constituidor dessas identidades. Nesse sentido, como assegura Laclau (2000), a questão não é proferir quem é o agente da hegemonia, mas como alguém ou alguns passa/passam a ser sujeito por meio da articulação hegemônica. O autor levanta algumas questões que podem ser articuladas ao campo do currículo:

[...] como unificar, de forma a criar certos efeitos políticos, um conjunto de lutas baseadas numa dispersão de posições de sujeito? Como constituir novas formas políticas que não sejam o produto de uma unificação já dada ao nível de uma 'estrutura' mítica, mas que sejam elas próprias a fonte de qualquer unificação que possa existir? Como reconciliar efeitos unificantes num certo nível com a autonomia dos fragmentos em outro? (LACLAU, 2000, p. 165).

E quem define quem é esse sujeito e sua atuação dentro de uma produção de um documento curricular?, principalmente pela limitação que envolve uma consulta pública. Até porque não há transparência quanto aos consensos e às negociações que poderão intervir numa política que seja vista como um movimento menos utópico dentro de uma produção curricular coletiva.

O discurso da coletividade busca articular os sujeitos, porque mesmo não sendo um ativo participante da consulta pública, se sente representado por ter pares que se posicionam em prol dos seus interesses. Tal concepção, a nosso ver está atrelada ao mito do empoderamento do professor, que o professor passar ser visto como um sujeito que tem força política, que as suas angústias e lutas são representadas no documento construído coletivamente.

O que podemos assumir como representação envolve a concepção de ator coletivo (BURITY, 1997, p. 25), numa prática articulatória entre o universal e o específico, em que as identidades políticas são processadas através da mobilização social, que envolve os processos ditos democráticos de participação. Na visão do autor,

numa ação que envolve escolhas dentro de um momento “estabilizado e instituído da dinâmica social e política. Decisões que implicam a exclusão de alternativas ou não conseguem abarcar tudo o que pretendiam e se sujeitam, então, ao questionamento do outro ou aos impasses de sua própria incompletude”.

Neste contexto, como parte de uma defesa de que o sujeito tem o direito a aprender, o discurso e as demandas das agências envolvidas na construção da Base reafirmam que descentralização curricular existente no território brasileiro não garante a qualidade educacional e nem os conteúdos fundamentais aos alunos. Tal discussão vem sendo reforçada desde 2012 a partir do documento “Política Curricular da Educação Básica: as novas Diretrizes Curriculares e os Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento” e, no documento preliminar da Base Nacional de 2014, sendo este aprofundado a partir do processo formativo que “deverá respeitar as condições de acesso dos indivíduos às propostas curriculares” (BRASIL, 2014, p.40). A nosso ver, coloca a condição do aluno como aquele que tem o direito à aprendizagem, direito “[...]de apropriar-se do conhecimento acumulado pela sociedade, na promoção do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, em diferentes tempos e espaços”. (BRASIL, 2014, p.119).

Na nossa acepção, o discurso do direito à aprendizagem vem reforçar a lógica conteudista presente no documento da BNCC, de que se o sujeito tiver acesso a um currículo único iremos diminuir as desigualdades sociais, uma espécie de normatividade que visa garantir direitos subjetivos. Mendonça (2009, p. 167), com base nos estudos de Laclau, reforçar que todo processo discursivo é precário e contingente, por isso “universal [no caso a BNCC] é, inclusive, desejado, tendo em vista que o mesmo constitui ordem social”. Nesta lógica, questões como qualidade do ensino, direitos garantidos, redução das desigualdades reforçam e induzem à ideia de fundamento, de uma “base”.

No entanto, o que o MEC designa como ampla discussão com a área não é consenso, desde 2015 com a abertura para a consulta pública sobre a BNCC. Percebemos uma busca por reconhecimento, com forte debate e posicionamento de sujeitos a favor da elaboração de uma base comum, de acordo com o site Porvir<sup>9</sup>, um grupo de 60 integrantes busca inserir o tema na agenda da educação brasileira, inclusive

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://porvir.org/porcriar/uma-base-comum-para-garantir-aprendizado-todos/20140814>. Acesso em 10/09/2014.

formularam o documento intitulado “Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum da Educação”. Trata-se de um amplo movimento social, consolidado em abril de 2013, por um grupo diverso – “composto por pessoas com longo histórico de atuação em instituições relevantes no cenário educacional brasileiro”, cujo objetivo é ampliar a mobilização pela causa da construção da Base Nacional Comum e, que “vem buscando colocar em prática ações que possam facilitar e acelerar esse processo”<sup>10</sup>.

Todo processo de construção de um ator coletivo envolve o que o MEC chama de diálogo com a área, que envolve as reuniões com especialistas de universidades e professores da educação básica de diferentes áreas do conhecimento, no que podemos chamar de assessorias para consolidação do documento preliminar. Além desses, há também uma parceria com as diferentes instituições – como os bancos: Bradesco, Itaú [Unibanco] e Santander; grupos empresariais: Gerdau, Natura, Volkswagen e; grupos privados da área educacional: Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, CENPEC, Todos pela Educação, Amigos da Escola<sup>11</sup>.

Cabe destacar que as parcerias envolvem um novo modelo de filantropismo mascarado pelo capitalismo social que fazem da educação um grande negócio. Ball (2014) ressalta em suas últimas pesquisas que novas redes políticas formam o atual cenário educativo mundial, que com a formação de institutos ditos filantrópicos buscam parceiros que optam por fazer doações em troca de mobilidades políticas. O autor sinaliza que o modelo de filantropia 3.0 eleva o uso de práticas comerciais e empresariais, onde o investidor busca “ver impactos e resultados claros e mensuráveis de seus “investimentos” de tempo e de dinheiro” (p.122).

Nesse campo de lutas por espaços e legitimações, a Associação Brasileira de Currículo e o Grupo de Trabalho de Currículo da ANPEd vêm realizando um amplo movimento de debates e manifestações com entidades avessas à BNCC. Inclusive construíram uma exposição de motivos manifestando-se contrariamente ao documento orientador apresentado na consulta pública como Base Nacional Comum Curricular. Dentre os 9 (nove) motivos, cabe destacar o nono - Metodologia da construção da Base: pressa, indicação e indefinição –, que reflete o argumento que estamos traçando neste artigo, que se refere ao modo como o documento se construiu e a fragilidade do que o

---

<sup>10</sup> O movimento divulga suas ações pelo site <http://basenacionalcomum.org.br/o-movimento/>

<sup>11</sup> Todos os parceiros estão disponíveis em <http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/quem-esta-conosco/>

MEC chama de consulta pública, visto que se propõe a se fazer uma “obra coletiva que em verdade não se efetiva”. Até mesmo porque não se soube como e por quem os dados da consulta foram analisados, se foram ou não efetivados, até porque os debates “coletivos foram minimizados, participações reduzidas a seminários de audiência muda”, assim como “consultas eletrônicas para legitimação de um processo sem roteiro definido” (ABdC/ANPEd, 2015, p. 7).

Consideramos que mesmo nesse movimento de consulta pública, o que se busca é legitimar um projeto, que tem como base a lógica conteudista, uma vez que a forma como a BNCC foi estruturada reflete “o estabelecimento detalhado de relações teóricas, de valores, de conhecimentos, ou seja, de um “currículo mínimo”, único” (ABdC/ANPEd, 2015, p. 3”).

A organização não governamental Ação Educativa<sup>12</sup> também elaborou um documento relatando os “limites do processo de construção, [...] a excessiva influência de setores empresariais e a forte centralização da condução na Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação” (AÇÃO EDUCATIVA, 2015, p.1). Mesmo reconhecendo a importância de se abrir o documento preliminar do BNCC para consulta pública, ressalta que “não foram abertos para experiências coletivas e inovadoras dos coletivos escolares e comunitários” (p.4).

No mesmo movimento, a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae)<sup>13</sup> produziu também um documento com 17 (dezessete) circunspeções sobre a BNCC, que em síntese ressaltam as precariedades de uma discussão mais ampla e a ausência de uma “articulação com a agenda nacional de ciência, tecnologia, arte, filosofia, cultura e inovação, dentre tantas outras dimensões da vida humana”, assim como outras modalidades de ensino. Cabe destacar que o documento ainda argumenta que pensar no Sistema Nacional de Educação requer “uma ampliação do debate, de modo a envolver os agentes educativos diversos, sobretudo das instituições formadoras e contratantes dos profissionais da educação básica.” (ANPAE, 2015, p.3)

---

<sup>12</sup> Contribuição pública da ação educativa ao processo de consulta nacional sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Disponível em [http://www.acaoeducativa.org/images/stories/pdfs/posicionamento\\_AE\\_BNCC.pdf](http://www.acaoeducativa.org/images/stories/pdfs/posicionamento_AE_BNCC.pdf)

<sup>13</sup> Comentários iniciais para a discussão do Documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: <http://www.anpae.org.br/website/noticias/294-base-nacional-comum-curricular-bncc>

O Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES)<sup>14</sup> igualmente elaborou um documento que objetiva trazer contribuições à BNCC. Num processo de contextualização, o CEDES ressalta que falar em reforma curricular precisa ser dentro da chamada Nova Gestão Pública (NGP), que se constitui a partir de um híbrido do “deslocamento do âmbito das políticas sociais para a esfera econômica e a adoção de modelos gerenciais do mercado” (CEDES, 2015, p.2). Nesse contexto, o Centro ressalta que a proposta do BNCC “nasceu sem que as entidades nacionais de estudos e pesquisas, “espaços de análise e difusão das pesquisas da política educacional, bem como o Fórum Nacional da Educação fossem ouvidos” (p.6). Além de não ser um documento construído modo coletivo, não pode ser considerado democrático, visto que “não é, em nosso entendimento, transparente quanto ao modus operandi usado para a seleção do que será ou não incluído da/na proposta disponibilizada online e enviado ao CNE” (p.6).

Outro documento<sup>15</sup> foi construído por entidades ligadas ao Ensino de Ciências - Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio), Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC), Secretaria para Assuntos de Ensino da Sociedade Brasileira de Física (SBF) e a Divisão de Ensino da Sociedade Brasileira de Química (SBQ) – questionamento todo o trabalho desenvolvido nos anos de 2012, 2013 e 2014 em diferentes fóruns de participação coletiva que não constam no documento preliminar. Inclusive mencionam “que não é admissível desconsiderar o esforço de produção desses documentos, expressando as produções acumuladas por pesquisadores e professores que participaram intensamente deste processo” (SBEnBio et al, 2015, p.2). As denúncias das associações revelam uma forte luta por posições, relações de poder e busca por reconhecimento, o que Mendonça (2010, p. 495), com bases nos estudos de Chantal Mouffe, ressalta como sendo próprio das relações políticas, que geram necessariamente exclusões. Em outras palavras, a “possibilidade de operação de inclusão/exclusão de direitos a uma pluralidade de interesses e de identidades só tem efeito a partir de rearranjos hegemônicos, justamente possibilitados pela abertura do social.”

De acordo Laclau (2000), é preciso compreender a BNCC a partir de um campo fronteiriço e de disputas, mas que ao se utilizar do discurso de participação ampla e

---

<sup>14</sup> Documento CEDES BNCC. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/noticias/518>

<sup>15</sup> Disponível em <http://forum.anped.org.br/uploads/Uploader/52/f281db35179b0c3de88f76fa77ff55.pdf>

coletiva visa articular outros discursos ou grupos. E de um campo hegemônico, que se constrói a partir de sentidos universais que agenciam uma multiplicidade de sentidos dispersos no campo da discursividade. Mouffe (2003) também nos ajuda a pensar a produção da BNCC como um projeto político que na sua condição precária e contingente, não permite um controle do campo social, visto que as lutas e as disputas transbordam as condições previstas. A luta política é, sempre será, um campo em aberto, com múltiplas e infinitas formas de pensar o campo hegemônico. Os transbordamentos de sentidos refletem as dificuldades de um consenso que se faz necessário num processo democrático, o que a autora reforçar ao dizer que existe no consenso uma impossibilidade conceitual, mas que “não põe em perigo o ideal democrático”. Pelo contrário, “protege a democracia pluralista de qualquer tentativa de fechamento. De fato, essa negativa constitui uma importante garantia de que se manterá viva a dinâmica do processo democrático” (MOUFFE, 2003, p. 49).

Com o intuito de compreender as dimensões de participação ou ausência dela, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd), em 27 de abril de 2016, promoveu na Unirio um amplo debate com outras instituições científicas<sup>16</sup> de modo a fortalecer o diálogo entre o que foi denominado “interlocutoras essências da educação”<sup>17</sup>. A busca por ouvir as percepções de sujeitos das áreas disciplinares, associações, pesquisadores acadêmicos, refletiu a falta de interlocução do Ministério da Educação com tais instituições, principalmente pela opção do MEC em construir um “caminho de escuta de especialistas convidados e consulta fria a contribuições da sociedade” (p. 1). Além de reforçarem os riscos de termos um documento com caráter de unificação, as críticas nos permitiram ampliar o olhar sobre as demandas do governo mascaradas pela BNCC, como destacamos a seguir:

[...] com relação à BNCC foram praticamente unânimes, como a problemática centralização no desempenho e avaliação, a visão tecnicista e unificadora, a desconsideração da construção dos saberes cotidianos, do histórico de conquistas e das Diretrizes Curriculares, o não reconhecimento das condições de trabalho dos professores, a eleição de conceitos e conteúdos controversos, que não garantem a diversidade, além do próprio atropelo de prazos da construção da Base<sup>18</sup> (p. 2).

---

<sup>16</sup> A listagem das Associações participantes e posicionamentos sobre a BNCC encontra-se disponível em <http://www.anped.org.br/news/base-nacional-comum-curricular-bncc-foi-tema-de-debate-entre-associacoes-cientificas-em>

<sup>17</sup> Disponível em <http://www.anped.org.br/news/base-nacional-comum-curricular-bncc-foi-tema-de-debate-entre-associacoes-cientificas-em>

<sup>18</sup> Disponível em <http://www.anped.org.br/news/base-nacional-comum-curricular-bncc-foi-tema-de-debate-entre-associacoes-cientificas-em>

Em meio aos embates, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd) também lançou a Campanha Aqui já tem Currículo: o que criamos na escola<sup>19</sup>, utilizando #aquijátemcurrículo, nas redes sociais, criou-se um novo movimento buscando ouvir professores e escolas a partir das suas experiências curriculares. O movimento pauta-se no discurso que em nossas escolas já praticamos diferentes currículos que permitem a formação dos alunos e que reconhecem os conteúdos plurais, que não foram devidamente ouvidos no documento preliminar da BNCC.



Os sujeitos da escola foram convidados a enviar um vídeo de até 3 minutos ou depoimentos com foto pelo Portal da ANPEd. Todo esse movimento visa o reconhecimento de práticas pedagógicas de sujeitos que não foram contemplados na elaboração do documento preliminar, visto que o MEC não buscou ouvir os processos locais; assim como também revelar que o currículo não pode ser configurado apenas com conteúdos definidos a priori por especialistas para um país com amplas diferenças culturais.

Todos os movimentos – contrários ou apoiadores da BNCC -, de acordo Laclau e Mouffe (1985), refletem uma relação antagônica, uma vez que a presença sempre constante de um impede a constituição completa do outro “a presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas” (p. 125). Em outras palavras, o documento da BNCC nos permite pensarmos o antagonismo como sendo uma possibilidade de identificação, que traz a tensão nas suas estruturas, visto que o “exterior constitutivo

<sup>19</sup> Disponível em <http://www.anped.org.br/campanha/curriculo>

(discurso antagônico) ameaça a constituição do interior (discurso antagonizado)” (MENDONÇA, 2010, p. 486).

De acordo com Mendonça (2010), o exterior constitutivo é também a própria “condição da existência do interior, na medida em que este último se constituiu sob a ameaça da presença do primeiro”. O que este conceito nos ajuda a entender o processo de elaboração da BNCC? O Ministério de Educação, mesmo não mencionando os critérios e as formas como as contribuições da consulta pública seriam absorvidas na reescrita do documento preliminar, existe uma consciência do ponto de vista político que a participação pública é o que garante uma dimensão democrática ao documento.

De acordo com o Ministério da Educação, cerca de 12 milhões de contribuições foram recebidas de instituições, educadores e público em geral, sendo “305.569 indivíduos, 4.298 organizações e 45.049 escolas em todo o território nacional” (BRASIL, 2016, p. 29). Todo esse movimento de reconstrução da BNCC originou na segunda versão do documento, publicada em abril de 2016, que passou a ter 676 páginas (primeira versão tinha cerca de 300 páginas). Mesmo mencionando que os resultados da consulta pública foram analisados e consolidados por equipes de pesquisadores da Universidade de Brasília e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e os relatórios e pareceres analíticos enviados ao Comitê para formulação do documento (BRASIL, 2016); questionamos: como se deu essa consolidação? Quais os elementos/críticas foram realmente incorporados ao documento? Quais critérios utilizados para fazer a análise de milhões de contribuições?

Por conta da não transparência no processo, continuamos questionando como foram consolidadas as críticas, sugestões e inclusões de questões pontuadas na consulta pública. A crítica sobre a consulta pública e os reais usos dos dados não são respondidos na segunda versão, até porque o capítulo “O processo de construção da BNCC” tem menos de duas páginas explicando todo o processo. O que a Secretaria de Educação Básica chama de transparência e liberdade de opiniões não pode ser medido apenas pelo quantitativo de sujeitos cadastrados no Portal do MEC, até porque o que se considera fundamental na segunda versão continua sendo um detalhamento da listagem de conteúdos das áreas disciplinares.

Não podemos negar que conteúdos excluídos na primeira versão passaram a ser reconhecidos, diante da mobilização dos campos disciplinares. Tais disputas, inclusões e exclusões de acordo Mouffe (2003, p.19) fazem parte da abordagem democrática

“agonística”, que “reconhece a natureza real das suas fronteiras e as formas de exclusão que elas englobam, ao invés de tentar disfarçá-las sob o véu da racionalidade e da moralidade”. Na visão da autora, o currículo seria uma espécie de campo de disputas, no qual adversários lutam por espaços e representação, onde “[...] suas ideias serão combatidas com vigor, contudo jamais se questionará o direito de defendê-las” (MOUFFE, 2002, p. 1). Defender-se é, nessa acepção, uma forma de negociar saberes e práticas que, nos espaços de consenso conflituoso, fazem do currículo uma arena de fronteiras, mas sem que ocorra o apagamento de cada um dos adversários.

A segunda versão do documento passou a ser discutida em âmbito de Seminários Estaduais, por meio de chamada pública, no período de junho a agosto de 2016. Os Seminários foram organizados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e pela União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Os interessados foram selecionados após inscrição prévia, de acordo com as seguintes normas:

[...] a fim de organizar todo o processo, no momento da inscrição, os interessados deverão indicar em qual etapa e componente curricular desejam participar. Além disso, os inscritos em cada estado deverão preencher, no ato da inscrição, um questionário online que servirá para orientá-los quanto à leitura da Base e às discussões por ocasião dos seminários<sup>20</sup>.

Cabe questionar: se foi um processo de consulta pública, que visava ouvir diferentes profissionais que atuam nos segmentos da Educação Básica, assim como os Movimentos Sociais, caberia fazer seleção dos sujeitos? Quais foram os critérios para seleção? Tendo todos os sujeitos acesso ao documento da BNCC, é necessário um guia para orientar a leitura e discussão nos Seminários? Quais sentidos buscam hegemonizar a partir do direcionamento dado aos que participaram dos Seminários?

Todo esse movimento de busca de participação coletiva instituído pelo Ministério da Educação até a presente data vem se mostrando parte de um projeto de governo que prioriza um modelo de currículo pautado no conteúdo, avaliação e gestão. Mesmo com amplo movimento, reconhecemos o cunho ideológico, a centralidade dos grupos disciplinares de consultores/entidades convidados da Secretaria da Educação Básica e a forte influência dos agentes privados na construção da BNCC, inclusive ainda há questões que não entraram em pauta na segunda versão do documento. E supostamente não serão incorporadas na versão final da BNCC.

---

<sup>20</sup> Disponível em <http://seminarios.bncc.undime.org.br/>

Consideramos que todo processo reforça uma descaracterização do trabalho já realizados nas escolas, desqualificação o trabalho docente, principalmente porque utilizam como justificativas os resultados dos sistemas de avaliação e desempenho e nas experiências internacionais ditas de sucesso. Esses discursos, de cunho regulatório, justificam a adoção de uma base nacional comum como sendo a solução de um "nós" coletivo para a alcançarmos a tal qualidade da educação (MACEDO, 2016).

Concluimos reforçando que existe sim um movimento de consulta pública, mas não necessariamente de um processo democrático de produção de um texto curricular. Existe um projeto político, com direcionamento desde a escolha dos sujeitos que construíram os documentos preliminares até na estrutura criada para a participação coletiva. Um processo que marca claramente a exclusão de sujeitos, instituições e multiplicidade de pensamentos sobre a produção do campo curricular. Mouffe (2005) nos ajuda a compreender a produção da BNCC como um terreno privilegiado de adversários, cujas disputas são resultados temporários de uma hegemonia provisória, que caracteriza o movimento democrático pluralista. Até porque, acreditamos que nossas escolas já possuem currículo.

### Referências Bibliográficas

- ABdC/ANPEd. **Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular**. 2015. Disponível em: [http://www.acaoeducativa.org/images/stories/pdfs/posicionamento\\_AE\\_BNCC.pdf](http://www.acaoeducativa.org/images/stories/pdfs/posicionamento_AE_BNCC.pdf)
- AÇÃO EDUCATIVA. **Contribuição pública da ação educativa ao processo de consulta nacional sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 2015. Disponível em [http://www.acaoeducativa.org/images/stories/pdfs/posicionamento\\_AE\\_BNCC.pdf](http://www.acaoeducativa.org/images/stories/pdfs/posicionamento_AE_BNCC.pdf)
- ANPAE. **Comentários iniciais para a discussão do Documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 2015. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/website/noticias/294-base-nacional-comum-curricular-bncc>
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão Preliminar. 2ª versão revista. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão Preliminar. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, 2015.
- BURITY, Joanildo A. **Psicanálise, identificação e a formação de atores coletivos**. Relatório de pesquisa. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1997.
- CEDES. **Documento CEDES BNCC**. 2015. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/noticias/518>
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. Verso, London, 1985.

- LACLAU, E.. Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.
- MACEDO, E. Base nacional curricular comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si. Educ. rev. vol.32 no.2 Belo Horizonte Apr./June 2016. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982016000200045&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000200045&lng=en&nrm=iso)
- MENDONÇA, D. de. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 25, Número 3, Setembro/Dezembro 2011. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/se/v25n3/04.pdf>
- \_\_\_\_\_. Como olhar o político a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 1. Brasília, janeiro-junho de 2009, pp. 153-169.
- MOUFFE, C. **O regresso do político**. Gradiva, Lisboa, 1996.
- \_\_\_\_\_. **La nueva lucha por el poder**. 2002. Disponível em [http://www.politica.com.ar/Filosofia\\_politica/La\\_nueva\\_lucha\\_por\\_el\\_poder\\_Mouffe.htm](http://www.politica.com.ar/Filosofia_politica/La_nueva_lucha_por_el_poder_Mouffe.htm). Acesso em 25/01/2007.
- \_\_\_\_\_. **La paradoja democrática**. Gedisa Editorial, Barcelona, 2003.
- \_\_\_\_\_. **On the political**. Routledge, New York, 2005.
- SBEnBio et al. **Carta encaminhada à Secretaria de Educação Básica sobre a BNCC**. 2015. Disponível em: <http://forum.anped.org.br/uploads/Uploader/52/f281db35179b0c3de88f76fa77ff55.pdf>